

O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS EM GUILHERME DE OCKHAM

William Saraiva Borges
Pedro Gilberto da Silva Leite Junior
Universidade Federal de Pelotas

1. A Origem do Problema – Os Universais na *Isagoge* de Porfírio

A questão dos universais é, de modo geral e com nuances diferentes, um problema que tem acompanhado toda a história da filosofia. Já em Platão e Aristóteles a problemática pode ser percebida. Platão, em sua *Teoria das Ideias*, defende um realismo transcendente, pois para ele os universais nada mais são do que as *Ideias (Formas)* verdadeiras, eternas, belas e imutáveis existentes no *Mundo Inteligível*¹⁰. Por outro lado, Aristóteles propõe um realismo imanente, já que para ele os universais são as substâncias que estão no interior das próprias coisas sensíveis e que são apreendidas pelo intelecto através da atividade abstrativa¹¹.

Todavia, o problema como tal, tem sua origem na recepção da obra *Isagoge (Introdução às Categorias de Aristóteles)* escrita por Porfírio no século III d. C. Nesse texto, a questão é levantada de forma muito sutil e embora não proponha uma solução, a provocação nele contida pôs em movimento toda a querela do período medieval. Nas primeiras páginas da *Isagoge* encontra-se o questionamento (1) os gêneros e as espécies existem na realidade ou apenas no pensamento? (2) e admitindo sua existência real, são corpóreos ou incorpóreos? e, ainda, (3) são separados das coisas sensíveis ou estão no

¹⁰ PLATÃO, *A República*, VII.

¹¹ ARISTÓTELES, *Categorias*, V.

interior delas?¹². Em suma, o problema dos universais diz respeito à existência dos gêneros e espécies: eles existem na realidade, existem no intelecto ou existem apenas nas palavras?

Na tentativa de resolver essa questão, surgiram, no medievo, diversas correntes filosóficas que mediram suas forças nessa ousada empreitada¹³. Além do mais, trata-se de um problema que pode ser considerado sobre vários aspectos, ou seja, pode ser analisado do ponto de vista metafísico, lógico, linguístico ou epistemológico, o que aumenta sua complexidade¹⁴. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar o problema dos universais enfatizando seu aspecto epistemológico e evidenciar unicamente a posição assumida por Guilherme de Ockham¹⁵, bem como, a evolução de seu pensamento encontrada no interior de suas obras.

¹² "(...) no que se refere aos gêneros e as espécies, a questão de saber se elas são [1] realidades em si mesmas, ou apenas simples concepções do intelecto e, admitindo que sejam realidades substanciais, [2] se são corpóreas ou incorpóreas se, enfim, [3] são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes, é assunto que evitarei falar: é um problema muito complexo, que requer uma indagação em tudo diferente e mais extensa" (PORFÍRIO, *Isagoge*, p. 50-51).

¹³ GILSON, *A filosofia na Idade Média*, IX.

¹⁴ LEITE JUNIOR, *O problema dos universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham*, I.

¹⁵ Guilherme de Ockham foi um frade menor (franciscano) nascido em Ockham, nas cercanias de Londres, provavelmente no ano de 1280. Em 1318, em Oxford, concluiu seus estudos filosóficos e teológicos realizando o comentário ao *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo (*Scriptum et Quaestiones in Libros Sententiarum Petri Lombardi*). Tal obra já deixou entrever sua originalidade e 51 pontos de seu comentário foram considerados não ortodoxos. Assim sendo, em 1324 foi denunciado e chamado ante o papa João XXII, em Avinhão, onde permaneceu até 1328 quando se uniu a outros frades menores, os quais encabeçavam a disputa contra o papa em defesa da pobreza evangélico-franciscana. Estabeleceu-se em Munique, no ano de 1330, onde elaborou seus polêmicos textos políticos e onde também faleceu, vitimado pela peste negra, em torno de 1350 (GHISALBERTI, *Guilherme de Ockham*, I).

2. Os Universais Segundo Ockham – A Teoria do Ato Mental

Ockham trata da questão dos universais¹⁶ em diferentes obras: (1) no *Scriptum in Librum Primum Sententiarum*, ou seja, nos comentários ao Primeiro Livro das Sentenças de Pedro Lombardo, sobretudo no prólogo e na segunda distinção; (2) na *Expositio in Librum Peribermeneias Aristotelis*, Exposição ao Livro Sobre a Interpretação de Aristóteles; (3) na *Quodlibeta Septem*, isto é, nas sete questões que tratam de tudo um pouco e (4) na *Summa Logicae*, principalmente na primeira parte onde trata dos termos.

Nessas longas obras, Ockham reformulou sua posição: no *Scriptum in Librum Primum Sententiarum*, escrito de sua juventude, aparece a chamada Teoria do *Fictum*, que concebe o universal como uma criação mental fictícia fabricada pelo intelecto¹⁷. Na *Expositio in Librum Peribermeneias Aristotelis*, percebe-se uma transição, a qual se solidificará na *Quodlibeta* e na *Summa Logicae* como a Teoria do Ato Mental¹⁸. O próprio Ockham, apelando ao Princípio da Parcimônia¹⁹ prova que tudo o que é salvaguardado mediante algo distinto do

¹⁶ "(...) todo universal destina-se a ser sinal de muitas coisas e predica-se, por natureza, de muitas coisas" (OCKHAM, *Summa Logicae*, I, 14. In: *Seleção de Textos*, p. 361). Ockham assume a definição clássica, constante entre os antigos e medievais, que entende o universal como aquilo que pode se tomar predicado para uma pluralidade de seres (*predicabile de pluribus*). A originalidade do *Principis Nominalium* está em excluir desse *producibile de pluribus* todo o seu estatuto ontológico. Ao considerar o universal como não existente *extra animam*, reduz sua realidade ao plano lógico-linguístico-epistemológico.

¹⁷ "(...) o universal não é alguma coisa real, dotada de ser subjetivo, quer na alma, quer fora dela, mas tem apenas ser objetivo na alma e é certa coisa fictícia, dotada de tal modo de ser objetivo na alma como a coisa exterior tem ser subjetivo. Digo, portanto: vendo alguma coisa fora da alma, o intelecto fabrica mentalmente uma coisa semelhante (...). É isso o que se pode denominar universal, porque é um modelo e se refere indiferentemente a todas as coisas singulares que existem fora e por causa dessa semelhança no ser objetivo pode representar coisas que têm um ser parecido fora do intelecto. E, assim, o que é universal não é por geração, mas por abstração a qual é somente certa criação mental" (OCKHAM, *Scriptum in Librum Primum Sententiarum*, II, 8. In: *Seleção de Textos*, p. 364).

¹⁸ "Poderia haver outra opinião, segundo a qual a paixão da alma é o próprio ato do intelecto. (...) essa opinião me parece ser a mais provável (...)" (OCKHAM, *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *Prooemium* § 6. In: *Seleção de Textos*, p. 365).

¹⁹ Trata-se da "Navalha de Ockham". Nas suas próprias palavras: "inutilmente se faz por mais o que se pode fazer por menos" (OCKHAM, *Summa Logicae*, I, 12). Contudo, o Princípio da Parcimônia (*Lex*

ato mental (ato de inteligir), pode sê-lo sem tal distinção. Portanto, a Teoria do Ato Mental é suficiente.

2. 1 *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*

O ponto de partida para tratar a questão dos universais em Guilherme de Ockham é a primazia do conhecimento das coisas singulares. Na *Quodlibeta Septem, Quodlibet I, Quaestio XIII*, Ockham questiona quanto à primeira coisa conhecida pelo intelecto. Muitos afirmam ser o universal, mas para ele, trata-se do próprio singular: “(...) o singular assim entendido é a primeira coisa conhecida por um conhecimento simples que lhe é próprio (...). Ora, toda coisa extramental é singular”²⁰. Desse modo, “para Ockham, de acordo com o princípio da singularidade do real, toda a realidade extramental é imediata e essencialmente singular (individual). Fica excluída, nesse sentido, toda e qualquer possibilidade de existência do universal *extra animam*”²¹.

Ora, se reais fora da mente são apenas as coisas singulares e individuais, então os universais não possuem existência real, mas somente mental. A posição introduzida por Ockham no Comentário ao *Perihermeneias*, afirma que o universal é um ato mental que representa as coisas individuais: “(...) o intelecto, apreendendo uma coisa singular, produz em si mesmo um conhecimento dessa coisa singular, apenas conhecimento que se chama paixão da alma, capaz por sua natureza de representar a coisa singular”²².

Parsimoniae) tem várias formulações, sendo que a mais conhecida na História da Filosofia é a seguinte: “*essentia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*”, isto é, “as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade”.

²⁰ OCKHAM, *Quodlibeta Septem*, I, 13. In: *Seleção de Textos*, p. 358.

²¹ LEITE JUNIOR, *O problema dos universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham*, p. 139.

²² OCKHAM, *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *Prooemium* § 6. In: *Seleção de Textos*, p. 365.

Para o Ockham, a realidade é as coisas singulares. Cada indivíduo é único e entre eles não existe nenhuma natureza comum (*status communis*)²³. Pela atividade intelectual e abstrativa, ou seja, por uma atividade mental, os sujeitos do conhecimento produzem um conceito mental que representa as coisas singulares: “(...) como a palavra convencional representa a própria coisa, também a intelecção, por sua natureza, sem convenção alguma, significa a coisa a que se refere” e ainda “(...) as próprias intelecções da alma são chamadas paixões da alma e representam por sua natureza as próprias coisas exteriores (...)”²⁴.

Ora, embora entre as coisas singulares não haja uma natureza comum, existe entre elas características comuns. O conceito mental, abstraído dos singulares, pode ser aplicado a um conjunto de indivíduos que possuam as mesmas características. Nesse sentido, tal conceito é um universal, pois se torna predicado para uma pluralidade de seres: “assim, pois, se pode dizer que o mesmo conhecimento pode referir-se a coisas infinitas, mas não será um conhecimento próprio de nenhuma delas, nem por semelhante conhecimento se pode distinguir um do outro (...)”²⁵.

2. 2 *Summa Logicae*

Nesse sentido, na *Summa Logicae*, no capítulo XIV da parte I, lemos: “(...) o universal é uma intenção singular da própria alma, capaz de ser predicada de muitas coisas, de modo que pelo fato de se destinar a ser

²³ Posição assumida por diferentes realistas e conceitualistas que aqui não serão elencados.

²⁴ OCKHAM, *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *Prooemium* § 6. In: *Seleção de Textos*, p. 366.

²⁵ OCKHAM, *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *Prooemium* § 6. In: *Seleção de Textos*, p. 366.

predicado de muitas coisas, não representando a si mesma e sim essas muitas coisas, se chama universal”²⁶ e ainda, o universal

(...) é naturalmente sinal predicável de muitas coisas, em grande parte como a fumaça significa naturalmente o fogo, o gemido do enfermo indica a dor e o riso demonstra a alegria interna: e universal assim não é senão a intenção mental, de modo que nenhuma substância fora da alma e nenhum acidente extramental é universal nesse sentido²⁷.

Aquela tese que já aparece na *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, na *Summa Logicae* é retomada com maior ênfase e evidência. A realidade é formado por coisas singulares, as quais, entre si não possuem nenhuma natureza comum, mas somente características semelhantes, similitudes. São símiles, portanto. A mente ou, como prefeririam os medievais, a alma, realiza um ato mental, um ato de inteligir, e abstrai das coisas particulares as semelhanças excluindo as diferenças acidentais. Assim, no interior da própria alma (*intra animam*) se forma um conceito confuso²⁸ que se refere a diversos seres particulares, que é predicado de uma pluralidade de seres e, nesse sentido, é universal. Em outras palavras, o universal é um signo que significa um referente, isto é, um termo que traz em si uma significação não sua, mas de outrem, que representa uma coisa distinta de si.

Além disso, o universal não é algo distinto do próprio procedimental mental. Se fosse, se estaria diante da Teoria do *Fictum*, posição inicialmente defendida por Ockham no *Scriptum in Librum Primum Sententiarum*, como já mencionado. Mas antes, o universal consiste na ação da intelectiva, na paixão da alma, ela mesma:

²⁶ OCKHAM, *Summa Logicae*, I, 14. In: *Seleção de Textos*, p. 361.

²⁷ OCKHAM, *Summa Logicae*, I, 14. In: *Seleção de Textos*, p. 361.

²⁸ “(...) Por essa intelecção confusa é que se inteligem as coisas particulares exteriores” (OCKHAM, *Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis*, I, *Prooemium* § 6. In: *Seleção de Textos*, p. 366).

(...) o universal é uma intenção mental, capaz de ser predicada de muitas coisas. Isso também pode ser confirmado pela razão. Com efeito, toda gente reconhece que todo universal é predicável de muitas coisas; ora, só uma intenção mental ou um sinal voluntariamente instituído pode predicar-se, e não uma substância; logo, somente uma intenção mental ou um sinal voluntariamente instituído é um universal²⁹.

Por fim, a Teoria do Ato Mental é assim resumida pelo professor doutor Pedro Leite Júnior em sua dissertação de mestrado³⁰:

A teoria do ato mental basicamente sustenta que o universal é um conceito confuso na alma formado a partir da similitude dos indivíduos fora da alma. O ato da intelecção incide sobre uma realidade existente *extra animam*. E, visto que, fora da alma, não existem senão os indivíduos, todo o conceito tem os indivíduos por objeto. O conhecimento propiciado pelo conceito confuso é um conhecimento particular, mas é universal, porque, sendo confuso, é igualmente apto a fazer conhecer uma multiplicidade de indivíduos. Sua confusão é a fonte de sua universalidade.

3. Considerações Finais

O universal é, portanto, um ato mental, um ato de inteligir, uma paixão da alma, que possui sua existência unicamente *in anima*, ou seja, não possui nenhuma realidade *extra animam*. É um conceito confuso que se forma por um procedimento mental que abstrai das coisas singulares suas similitudes e, excluindo suas diferentes, é aplicado a uma pluralidade de seres, representando-os confusamente. Assim, em Guilherme de Ockham, o Problema dos Universais, perde seu caráter fundamentalmente metafísico e toma o rumo da lógica, da linguagem e da epistemologia.

²⁹ OCKHAM, *Summa Logicae*, I, 15. In: *Seleção de Textos*, p. 362.

³⁰ LEITE JUNIOR, *O problema dos universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham*, p. 145.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Categorias*. 3. ed. Lisboa: Guimarães, 1994.
- GHISALBERTI, Alessandro. *Guilherme de Ockham*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LEITE JUNIOR, Pedro. *O problema dos universais: a perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- OCKHAM, Guillelmus de. “Scriptum in Librum Primum Sententiarum”. In: *Opera Theologica*, volume 2. New York: St. Bonaventure University, 1970.
- _____. “Summa Logicae”. In: *Opera Philosophica*, volume 1. New York: St. Bonaventure University, 1974.
- _____. “Expositio in Librum Perihermeneias Aristotelis”. In: *Opera Philosophica*, volume 2. New York: St. Bonaventure University, 1978.
- _____. “Seleção de Textos”. In: *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. “Quodlibeta Septem”. In: *Opera Theologica*, volume 9. New York: St. Bonaventure University, 1980.
- PLATÃO. *A República*. 7. ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- PORFÍRIO. *Isagoge*. Lisboa: Guimarães, 1994.